



REPAM

RED ECLESIAL PANAMAZÓNICA

fuentes de vida en el corazón de la Iglesia

CESTA AMAZÔNICA DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA



RED ECLESIAL PANAMAZÓNICA

fuentes de vida en el corazón de la Iglesia



REPAM
RED ECLESIAL PANAMAZÓNICA
fuentes de vida en el corazón de la Iglesia

CESTA AMAZÔNICA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA

RED ECLESIAL PANAMAZÓNICA
fuentes de vida en el corazón de la Iglesia

Presentación

¿QUÉ ES LA CESTA AMAZÓNICA?

La Cesta Amazónica es una caja que contiene herramientas que se ponen a disposición como insumos para los agentes de pastoral que se encuentran en el territorio amazónico y que pueden requerir materiales sencillos para la mayor vinculación entre su ejercicio evangelizador y su rol activo en la sociedad. Es una iniciativa construida colectivamente para la transformación pastoral, a partir de experiencias y materiales valiosos, además de servir para la profundización y reflexión alrededor de temas prioritarios para la comprensión de la realidad.

Objetivo general:

- Acompañar a agentes pastorales y sus comunidades, en los más diversos rincones de la Panamazonía.

Objetivos específicos:

- Establecer una articulación activa para la construcción de una Iglesia hermana y prójima a las necesidades de la realidad local, pero con conciencia integral de la región panamazónica y sus desafíos hoy.
- Aportar insumos a los agentes pastorales para construir.
o actualizar planes de pastoral en sus comunidades
- Adaptar los contenidos de formación pastoral a contextos y necesidades territoriales.

Agradecimientos

El presente módulo ha sido construido gracias a un ejercicio colectivo de colaboradores de la Red Eclesial Panamazónica (REPAM).

Agradecemos muy especialmente a las personas que han puesto su esfuerzo y experiencia en los contenidos de este módulo:

María Soares de Camargo
Carlos Francisco Signorelli

Doutrina Social da Igreja

Princípios

CONTEMPLAR

“Deus criou o homem à sua imagem; à imagem de Deus ele o criou; e os criou homem e mulher” (Gn 1,27).

* Assim como Deus é Criador, o ser humano é chamado a criar a vida plena em si e ao redor de si, envolvendo todas as pessoas e as outras criaturas. Deus é livre em plenitude e criou o ser humano para ser livre, para pensar e agir com autonomia.

* Assim como Deus é livre para amar e gerar amor, assim também a pessoa feita à sua imagem e semelhança deve gerar amor e amar os outros e Outro.

* Deus é o Sujeito do Universo. Assim também o ser humano, em tudo o que faz, tem que se sentir sujeito, aquele que pensa e age a partir de si. A pessoa humana é sujeito, não objeto.

* Deus é Infinito. Assim também somos nós, criados não apenas para esta vida curta e terrena, mas para vivermos também a infinitude da vida com Deus.

A frase bíblica é tão conhecida que nem nos espantamos mais ao tomar consciência de que Deus nos criou à sua imagem e semelhança. No entanto, é um assombro! Além de toda a maravilha da criação, Deus ainda faz um ser à sua imagem e semelhança! Vamos meditar alguns minutos pessoalmente sobre essas palavras.

- * Eu me dou conta que sou imagem e semelhança de Deus? Como descubro isso?
- * Acreditar que sou imagem e semelhança de Deus muda alguma coisa em minha vida?
- * Nossa sociedade percebe a pessoa humana como imagem e semelhança de Deus?
- * O que dificulta e o que facilita, na região Pan-amazônica, a tomada de consciência de sermos imagem e semelhança de Deus?
- * Reflitamos ainda um pouco sobre as condições que aqui dificultam essa consciência.

VER

O ponto fundamental da Doutrina Social da Igreja (DSI) são os seus princípios, base do pensamento social cristão. A partir do princípio maior, o da dignidade da pessoa humana, não apenas os cristãos católicos, mas todos os homens e mulheres devem ser chamados a colocá-los em prática, pois se trata de princípios éticos, com possibilidade de serem universalmente aceitos.

Os princípios da DSI estão presentes nos documentos e encíclicas sociais, a partir de Leão XIII, na sua "Rerum Novarum" (das Coisas Novas, em 1891), passando pelos demais papas e finalizando, por enquanto, nas encíclicas

“Evangelium Gaudium” (A Alegria do Evangelho) e “Laudato Si” (Sobre o Cuidado com a Casa Comum), do Papa Francisco.

Costumamos dizer que os ensinamentos da DSI são construções históricas e, por conseguinte, são estudados e afirmados a partir do lugar e da data em que cada documento é formulado.

Por isso, quando vamos estudar os princípios da DSI e a nossa realidade, aqui onde estamos e nesse tempo que é o nosso, esta mesma realidade tem que ser o ponto de partida.

Na Amazônia, existem realidades que devem ser analisadas à luz dos princípios da Doutrina Social da Igreja, como, por exemplo, a violência sofrida pelos povos originários da região. No Brasil, seus projetos e sonhos são tidos como impossíveis pela maioria da população do país. Quando vemos suas terras invadidas por empresas de mineração ou por grandes empresas agropecuárias, não podemos dizer que aí está chegando o progresso, como fazem os noticiários de televisão e toda propaganda governamental, que não levam em conta princípios éticos básicos.

Os princípios da DSI desmascaram e confrontam a realidade que aí está. Temos que refletir sobre eles e elaborar uma forma de pensar e agir na construção de um outro mundo possível. Nesse sentido, a Doutrina Social da Igreja nos faz perceber o quão distante estamos dos desejos de Deus, quando nos criou e ao mundo em que vivemos.

Hoje, repetindo o que disseram os bispos em Aparecida(2007), são muitas as iniciativas de cristãos leigos e leigas no âmbito social, cultural, econômico e político que se inspiram nos princípios da DSI, como o do bem comum, a destinação universal dos bens, a primazia do trabalho sobre o capital, o desenvolvimento humano integrado e sustentável, a subsidiariedade, a participação, a solidariedade, para listar apenas os mais importantes.

O momento histórico no qual estamos vivendo conclama todas as pessoas de boa vontade, e ainda com mais razão, os cristãos e cristãs, para uma ação de mudança profunda nas estruturas sociais, políticas e econômicas. Somos chamados a pensar e agir num mundo e numa sociedade na qual os sinais e os costumes, muitas vezes, apontam contra os sinais e os costumes dos homens e mulheres que têm fé no Cristo ressuscitado e querem construir uma realidade diferente, baseada nos princípios éticos e na prática do amor.

Infelizmente, muitos de nós vivemos nossa fé apenas interiormente e deixamos a realidade acontecer como se ela estivesse fora de nós. Mas também muitos de nós participamos da transformação da realidade em que vivemos e fazemos da vida a nossa oração.

Como nos diz o Papa Francisco em sua Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, “ninguém pode exigir-nos que releguemos a religião para a intimidade secreta das pessoas, sem qualquer influência na vida social e nacional, sem nos preocupar com a saúde das instituições da sociedade civil, sem nos pronunciar sobre os acontecimentos que interessam aos cidadãos.

Quem ousaria encerrar num templo e silenciar a mensagem de São Francisco de Assis e da Beata Teresa de Calcutá? Eles não o poderiam aceitar. Uma fé autêntica – que nunca é cômoda nem individualista – comporta sempre um profundo desejo de mudar o mundo, transmitir valores, deixar a terra um pouco melhor depois da nossa passagem por ela.” (EG 183)

Além dessa inserção no todo social para transformá-lo a partir da Palavra de Deus, hoje temos que nos preocupar com a possibilidade de extinção da vida em nosso planeta, se continuarmos com esse modelo econômico que faz da vida uma mercadoria.

E o mais grave é que os principais e maiores sofrendores com tal situação são os pobres e suas famílias, principalmente as crianças. É isso o que nos fez ver o papa Francisco em sua encíclica *Laudato Si*, que causou comoção no mundo inteiro. Ele disse, quando esteve no Brasil, que o que der certo (ou errado) na Amazônia vai ter repercussão em todo o mundo.

Vivemos um momento no qual as mudanças acontecem num piscar de olhos, principalmente em decorrência da aceleração do sistema produtivo. Diz-nos o Papa: "A contínua aceleração das mudanças na humanidade e no planeta junta-se, hoje, à intensificação dos ritmos de vida e trabalho, que alguns, em espanhol, designam por 'rapidación'.

Embora a mudança faça parte da dinâmica dos sistemas complexos, a velocidade que hoje lhe impõem as ações humanas contrasta com a lentidão natural da evolução biológica. A isto vem juntar-se o problema de que os objetivos desta mudança rápida e constante não estão necessariamente orientados para o bem comum e para um desenvolvimento humano sustentável e integral." (LS 18)

O mais grave é que, não obstante estarmos frente a uma possível catástrofe, a um possível fim da vida no planeta Terra, o sistema econômico ainda busca fazer dessa situação desastrosa uma maneira de lucrar, de crescer em suas receitas. É o caso da privatização dos serviços de fornecimento de água. "Enquanto a qualidade da água disponível piora constantemente, em alguns lugares cresce a tendência para se privatizar este recurso escasso, tornando-se uma mercadoria sujeita às leis do mercado.

Na realidade, o acesso à água potável é um direito humano essencial, fundamental e universal, porque determina a sobrevivência das pessoas e, portanto, é condição para o exercício dos outros direitos humanos. Este mundo tem uma grave dívida social para com os pobres que não têm acesso à água potável, porque isto é negar-lhes o direito à vida radicado na sua dignidade inalienável.” (LS 30).

JULGAR

De tudo isso decorre a necessidade de aprofundarmos os princípios do pensamento social da Igreja ou Princípios da Doutrina Social da Igreja.

3.1 - O primeiro princípio é a base para a existência dos demais: a Dignidade da Pessoa Humana.

Já nos disse o Concílio Vaticano II, através de seu documento social, a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, que “aumenta a consciência da eminente dignidade da pessoa humana, por ser superior a todas as coisas e os seus direitos e deveres serem universais e invioláveis.

É necessário, portanto, tornar acessíveis ao homem todas as coisas de que necessita para levar uma vida verdadeiramente humana: alimento, vestuário, casa, direito de escolher livremente o estado de vida e de constituir família, direito à educação, ao trabalho, à boa fama, ao respeito, à conveniente informação, direito de agir segundo as normas da própria consciência, direito à proteção da sua vida e à justa liberdade, mesmo em matéria religiosa. A ordem social e o seu progresso devem, pois, reverter sempre em bem das pessoas, já que a ordem das coisas deve estar subordinada à ordem das pessoas e não ao contrário”. (GS 26)

Homens e mulheres são imagem de Deus e constituídos à sua semelhança. Daí dizermos que a dignidade do ser humano deve ser entendida como infinita. Além disso, a própria Encarnação é sinal da opção de Deus por nós, humanos, pois deixando sua infinita grandeza, faz-se humano em nossa pobreza, para fazer que nossa humanidade seja divina.

Assim, a partir do ensinamento bíblico, toda a sociedade e suas instituições, sejam sociais, econômicas ou políticas, devem colocar-se a serviço dos direitos de cada uma e de todas as pessoas. Por isso podemos dizer, sem medo de errar, que uma sociedade só pode ser justa se respeitar a dignidade da pessoa humana, da mesma forma que podemos dizer que uma sociedade só é justa se a dignidade humana é respeitada.

Numa sociedade justa não pode haver nenhum tipo de discriminação ou preconceito, seja em razão da etnia, do gênero, da religião, da opção sexual, enfim, diante da diversidade que caracteriza a humanidade. No entanto, sabemos que, na América Latina, embora as pessoas de pele branca sejam minoritárias, são socialmente mais consideradas do que as pessoas de pele escura.

De igual modo, em geral as mulheres são consideradas inferiores aos homens, recebendo menores salários até mesmo quando executam o mesmo trabalho. Além disso, elas arcam com todas as tarefas domésticas e com o cuidado das crianças e pessoas idosas.

Vivemos em culturas machistas em que, de maneira mais ou menos visível, admite-se a inferioridade feminina e a superioridade masculina. Isso se manifesta em todas as dimensões da convivência social, a partir do berço, ou seja, da educação dos filhos. Na família, as meninas têm que se dedicar a fazer ou auxiliar o trabalho dentro do lar enquanto os meninos vão brincar fora de casa.

A violência doméstica atinge níveis elevadíssimos entre nós, aceitando-se que o marido agrida sua esposa habitualmente e chegue mesmo a matá-la, em caso de eventual fidelidade, enquanto ele se sente livre para manter relações fora do casamento. A subordinação da mulher aparece quase como uma coisa “natural”, inclusive em ambientes eclesiais.

Existem também na Pan-amazônia discriminações étnicas, talvez até pouco visíveis.

Há etnias que se sentem superiores às outras, seja por historicamente terem vencido batalhas e conquistado territórios importantes, seja mesmo em razão de histórias sagradas de criação ou mitos fundadores de culturas.

Por exemplo, em uma região da Amazônia brasileira, acredita-se que a origem dos povos está ligada a uma cobra grande, que os teria transportado até o local onde se fixaram.

Os povos que provém da cabeça da cobra grande são superiores àqueles que vieram de sua cauda, para dizer as coisas simplificadaamente. A hierarquia entre as etnias perpassa as relações sociais, influenciando nas relações de casamento e inclusive nas relações dentro das comunidades cristãs. Acontece mesmo que, em confraternização depois da celebração de uma missa festiva, algumas etnias comem dentro do barracão onde acontece a refeição comum e outras comem fora, quando não apenas depois.

Os membros dessas etnias foram batizados, há anos, dentro da Igreja Católica, mas não percebem que existe uma contradição entre sua cultura originária e a afirmação bíblica de que toda pessoa humana foi criada à imagem e semelhança de Deus.

Daí o esforço para que, em nossas relações, todas as pessoas sejam tratadas com a mesma dignidade. O julgar orienta o modo de agir, sendo esta a razão pela qual a DSI formula princípios para esclarecer nossa visão da realidade, marcada por preconceitos seculares e mesmo milenares, herdados de nossos antepassados, nos quais fomos educados, sendo por nós de difícil percepção e questionamento.

No entanto, essa é uma exigência de nossa fé, e também do amadurecimento histórico da consciência humana, consolidada em documentos de aceitação geral, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), assumida na encíclica *Pacem in Terris*, do querido papa João XXIII (1963).

Esse quadro de valores ilumina nosso agir na direção do respeito e da promoção dos direitos humanos como universais, invioláveis e inalienáveis, decorrentes justamente da dignidade da pessoa humana enquanto tal.

A consciência cristã leva ainda em conta a necessidade de privilegiar aqueles nos quais, por motivos diversos, a dignidade humana encontra-se especialmente desfigurada. São os preferidos de Deus, privilegiados pela atenção de nosso mestre Jesus, portanto, alvo de particular atenção das comunidades cristãs. Neste ponto, nunca estaremos suficientemente em alerta; temos que nos ajudar mutuamente, revendo nossas atitudes e retomando continuamente os princípios norteadores da caminhada.

3.2 - Também fundamental é o chamado Princípio do Bem Comum.

Muito embora os sistemas econômicos de nossa sociedade afirmem que o que interessa é construirmos o nosso bem particular, que podemos usufruir de tudo o que é conforme ao nosso desejo, o cristianismo sempre partiu do princípio de

que tudo o que existe, material ou espiritual, é dom de Deus para todos os homens e mulheres que já habitaram, habitam e habitarão a face da Terra. Assim, usamos bens que permitem às nossas famílias viver adequadamente, mas é parte do pensamento social da Igreja que o nosso agir tem que ser sempre na construção do bem comum, ou seja, daquilo que nos ajuda a viver o melhor possível na comunhão com os demais.

Os povos indígenas, em suas diferentes etnias, viviam o bem comum sem lhe dar este nome, no sentido de que a vida da comunidade vinha sempre em primeiro lugar. Atualmente, há ainda quem viva assim, seja nas próprias comunidades indígenas, em povoados ribeirinhos e pequenas cidades do interior.

Existe uma ajuda mútua entre as famílias, as crianças jamais ficam desprotegidas; toda a comunidade se sente responsável por sua vida e educação. Os bens encontrados na natureza e os frutos do trabalho comunitário são, de alguma forma, compartilhados, de modo que nunca há alguém a morrer de fome ou sem abrigo, como já vemos acontecer, infelizmente, nas grandes metrópoles amazônicas.

Hoje, ainda que timidamente, se procura resgatar o conceito do "Bem Viver", vivenciado por povos andinos e já integrados na Constituição de alguns países, como Bolívia e Equador. No entanto, sua concretização é bastante difícil, haja vista o capitalismo globalizado que não pára de avançar no nosso continente e em todo o mundo.

Por outro lado, a interdependência das pessoas e países cada vez se torna mais estreita e é progressivamente estendida ao mundo inteiro. Esta realidade faz com que o bem comum - ou seja, o conjunto vigente das condições da vida social que permitem, tanto aos grupos como a cada membro, alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição - se torne hoje cada

vez mais universal e, por esse motivo, implique direitos e deveres que dizem respeito a todo o gênero humano. Cada grupo deve ter em conta as necessidades e legítimas aspirações dos outros grupos e mesmo o bem comum de toda a família humana (Gaudium et Spes 26 citando Mater et Magistra 41).

Constatamos, com os bispos em Aparecida, que “deixa-se de lado a preocupação com o bem comum para dar lugar à realização imediata dos desejos dos indivíduos” (DAP 44). Isto se vê claramente nas relação dos indivíduo e grupos para com a “Casa Comum”. Por isso, há uma conclusão que temos que tirar a partir do conceito de Bem Comum: assim como o que construímos tem que ser para a vivência do bem comum, também a Terra é a nossa “Casa Comum”, como repete o Papa Francisco sem se cansar.

O pensamento social da Igreja não nega o direito da pessoa ter uma área de terra. A Igreja entende que, para dar sustento a si e à sua família, o trabalho na terra é fundamental, além do que, por ele, a pessoa se assemelha ao Pai Criador, construtor do mundo.

Mas toda e qualquer posse de terra deve estar, sempre, a serviço de todos e todas. O desejo da posse privada da terra é muito arraigado, e é legítimo, como o desejo da casa própria. No entanto, há diversas maneiras de exercer a posse da terra coletivamente. As formas variam, o importante é que todas as pessoas possam usufruir daquele bem que é destinado a servir a todos. Mesmo em movimentos sociais muito avançados, como, por exemplo, no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), há muita resistência em relação à posse comunitária da terra de forma cooperativada.

Por outro lado, há também muitas experiências bonitas acontecendo que poderiam ser lembradas por nós. A título de exemplo: em alguns bairros de grandes cidades estão sendo

criados centros sociais nos quais o ponto mais visitado é a biblioteca, formada por livros e revistas doados pelos moradores. Eles o fazem para que aquele material seja o bem comum do bairro. Buscar o bem comum é algo que diz respeito a todos e todas, não é apenas uma construção legal.

3.3 - Vamos pensar conjuntamente sobre o Princípio da Destinação Universal dos Bens

A partir das leituras bíblicas, vemos que Deus criou os céus e a Terra, e nesta, nos colocou não como donos, mas como seres viventes responsáveis, que podem e devem usufruir da criação. Entretanto, ao longo da história da humanidade, vemos surgir pessoas que, assumindo grande poder, principalmente em armas, determinam que tudo faz parte de suas posses.

E no momento presente, tudo parece ter um dono: a água, os mares, as praias, as florestas e a terra que tudo dá. Mas devemos insistir, como o faz o Concílio Vaticano II:

“Deus destinou a terra com tudo o que ela contém para uso de todos os homens e povos; de modo que os bens criados devem chegar equitativamente às mãos de todos, segundo a justiça, secundada pela caridade.

Sejam quais forem as formas de propriedade, conforme as legítimas instituições dos povos e segundo as diferentes e mutáveis circunstâncias, deve-se sempre atender a este destino universal dos bens. Por esta razão, quem usa desses bens, não deve considerar as coisas exteriores que legitimamente possui só como próprias, mas também como comuns, no sentido de que possam beneficiar não só a si mas também aos outros. De resto, todos têm o direito de ter uma parte de bens suficientes para si e suas famílias.

Assim pensaram os Padres e Doutores da Igreja, ensinando que os homens têm obrigação de auxiliar os pobres e não apenas com os bens supérfluos.

Porém, aquele que se encontra em extrema necessidade, tem direito de tomar, dos bens dos outros, o que necessita. Sendo tão numerosos os que no mundo padecem fome, o sagrado Concílio insiste com todos, indivíduos e autoridades, para que, recordados daquela palavra dos Padres - «alimenta o que padece fome, porque, se o não alimentaste, mataste-o» - repartam realmente e distribuam os seus bens, procurando sobretudo prover esses indivíduos e povos daqueles auxílios que lhes permitam ajudar-se e desenvolver-se a si mesmos". (GS 69)

O Vaticano II questiona, com firmeza, a ordem estabelecida. Chega a relembrar um ensinamento antigo, mas muito ocultado: "aquele que se encontra em extrema necessidade tem direito de tomar, dos bens dos outros, o que necessita". João Paulo II retomou depois a mesma ideia, dizendo que sobre toda a propriedade particular pesa uma "hipoteca social".

Quer dizer que ninguém é dono absoluto de meios de produção de riquezas que devem servir à vida de todos; ele tem a posse desses bens, mas não pode dispor deles prejudicando a maioria ou deixando de atender a quem necessita deles para sobreviver com dignidade.

Vamos considerar a grande concentração de terra em algumas regiões da Pan-amazônia, como, por exemplo, no Brasil. Há grupos de agricultores sem-terra que ocupam terras ociosas para plantar e delas tirar o sustento de suas famílias. Todavia, surgem pessoas que se intitulam proprietárias daquelas terras, muitas vezes utilizando documentos falsificados.

Essas ocupações, legítimas segundo a DSI, são alvo de violência por parte desses pseudo-proprietários e até mesmo da Polícia, pois nem sempre a legislação ou sua interpretação corresponde à Justiça. O Estado é omissivo, os organismos públicos não chegam a regiões afastadas dos grandes centros e podemos dizer que o Brasil nunca fez realmente uma Reforma Agrária, mantendo estruturas coloniais seculares.

Muitos líderes de assentamentos agrícolas e sindicalistas rurais foram e ainda são assassinados, bem como missionárias e missionários que os apoiaram, compondo uma lista de verdadeiros mártires, celebrados em nossas comunidades, exemplo e incentivo aos que prosseguem na luta pela Vida e pela Justiça.

Outra questão de importância capital é a da demarcação das terras indígenas. Houve avanços importantes, tanto na demarcação dessas terras como na criação de reservas ecológicas, mas, infelizmente, o processo parou há uma dezena de anos e atualmente a tendência é de retrocesso.

O modelo de desenvolvimento capitalista dominante considera desperdício deixar “muita terra para pouco índio”, conforme se divulga pelos grandes meios de comunicação social. Não se leva em conta que o modo de vida dos povos indígenas exige uma área extensa para que eles se desloquem em busca de caça, pesca e frutos da natureza. Vários fazendeiros já se apropriaram de terras secularmente ocupadas por povos indígenas na Amazônia brasileira. Alguns povos permanecem apertados em “ilhas”, territórios insuficientes para a manutenção das famílias, cuja multiplicação leva os jovens a migrar, em geral para as cidades grandes que os marginalizam. Outros povos encontram-se amontoados em acampamentos improvisados ao longo de rodovias, por onde é escoada a produção em larga escala de grãos, que exaure a água e desgasta a terra da região.

Há ainda habitantes originários que são expulsos pela criação extensiva de gado bovino, o que acarreta o aumento do desmatamento e agrava o aquecimento global.

Ao falarmos da destinação universal dos bens teríamos que mencionar ainda as injustas relações comerciais entre os países altamente industrializados e os produtores de matérias primas. No exemplo acima citado, tanto a soja como a carne são destinados à exportação. Os preços, que dependem da arbitrariedade das leis do mercado, remuneram desigualmente o capital (grandes proprietários e empresas exportadoras) e o trabalho (operários da agro-indústria).

O Estado, que deveria regular as relações comerciais e trabalhistas tendo em vista a justiça social, encontra-se nas mãos de uma elite poderosa, que, de geração em geração, mantém-se no topo da pirâmide social, comprovando que a democracia, tanto no Brasil como em outros países latino-americanos, é aparente e apenas formal.

Quando pensamos na destinação universal dos bens, vemos que a atual concentração de renda e riqueza, principalmente nos mecanismos de concentração financeira e na liberdade de agir do capital financeiro se dá na busca do lucro imediato, a partir dos negócios com moedas e títulos, sem preocupação com a produção de bens.

A financeirização e a globalização da economia construíram aquilo que chamamos de "capitalismo de papel". Antigamente, uma empresa lucrava e jogava tal lucro na produção, em mais equipamentos, ampliando a oferta de empregos. Hoje, a grande parte do lucro de uma empresa, se não tudo, vai para o sistema financeiro, no qual se lucra sem buscar produção, sem pagar salários, etc.

Já diziam os bispos em Aparecida: "segundo a doutrina social da Igreja, o objeto da economia é a formação da riqueza e seu incremento progressivo... O desenvolvimento ... não se pode reduzir a mero processo de acumulação de bens e serviços." (DAp 69)

Por fim, a própria Amazônia está em perigo, dada a apropriação intelectual ilícita de materiais e substâncias naturais dessa região que estão sendo patenteados por indústrias farmacêuticas e biogenéticas, gerando vulnerabilidade de agricultores e suas famílias que dependem desses recursos para sua sobrevivência. (DAp 83). Grandes empresas se apropriaram, de forma clandestina e ilegal, de plantas preciosas já usadas pelos povos nativos para cuidar da saúde. Fabricaram medicamentos que agora o povo, quando adocece, precisa comprar. Sabemos também que existe a biopirataria, sendo que algumas populações indígenas cederam até material genético, enganadas por pesquisadores a serviço de capital internacional. Há ainda muita ocultação sobre tais procedimentos; a descoberta da verdade é cercada de ameaças e dificultada inclusive pelos poderes públicos.

3.4 - Vamos, agora, trabalhar o Princípio da Precedência do Trabalho sobre o Capital.

Precedência quer dizer: o que vem primeiro, o que é mais importante. Ao longo do século XIX, havia duas posições econômico-filosóficas que se chocavam. Alguns estabeleciam que o capital é mais importante que o trabalho, pois é o capital que gera os postos de trabalho, os empregos. Por outro lado, outros diziam que, ao contrário, é o trabalho humano que gera o capital.

Na segunda metade do século XX, para fazer frente ao marxismo, alguns filósofos e economistas reuniram-se para constituir o pensamento econômico neoliberal. Para estes, o capital

tem que ter extrema liberdade com relação ao trabalho. Não devem existir leis que protejam o trabalhador e nem legislações que lhes deem garantias salariais ou previdenciárias. Isso começou a se concretizar nos Estados Unidos da América e temos um claro exemplo na iniciativa do ex-presidente Reagan, quando estava para fazer uma reforma tributária nos EUA.

Ele decidiu rebaixar as taxas de impostos para os empresários e banqueiros e aumentou as mesmas taxas para os trabalhadores. Quando perguntado porque estava fazendo essa diferença, ele disse que privilegiava os patrões e banqueiros porque o dinheiro na mão deles gerava empregos e, nas mãos dos trabalhadores, gerava gastos supérfluos.

O Brasil resistiu por décadas à essa tendência, porém no final do ano de 2017, aprovou uma Reforma Trabalhista que permite jornadas de 12 horas, demissões e recontrações depois de 18 meses com salário menor, autoriza mulheres grávidas a trabalharem em ambiente insalubre, entre outras perdas de direitos já conquistados anteriormente. Os demais países latino-americanos adotaram também, em maior ou menor dose, o neoliberalismo em sua teoria e prática.

No momento histórico em que vivemos, com o predomínio absoluto do capital financeiro e da ética neoliberal, a quase totalidade dos programas estatais visa atrair este capital, reduzindo ou terminando drasticamente com os direitos do trabalhador. O que importa, prioritariamente, é a busca de que o capital gere cada vez mais dividendos aos seus proprietários. Quanto aos trabalhadores e suas famílias, têm buscar soluções que, em grande parte, apenas os levam a uma vida de pobreza e indignidades, de fome, de falta de moradia, precariedade de saúde e educação etc.

Ao contrário, para o pensamento social da Igreja, a prioridade é o trabalho e o trabalhador, em sua vida pessoal e familiar.

Só quando o trabalho está presente de forma plena na vida do trabalhador e só quando este trabalho gera bem estar e condições dignas de vida, é que podemos dizer que este princípio da DSI se encontra realizado.

A Rerum Novarum vai afirmar o direito de associação dos trabalhadores, e coloca o trabalho como prioridade frente ao capital. João XXIII, em sua *Mater et Magistra*, vai nos dizer que a Igreja, como mestra, vai procurar mostrar que o trabalho, a propriedade, a organização, tudo tem uma função social, ou seja, tudo se dá a partir da construção do todo social.

Por tudo isso é que podemos dizer que, num momento em que tudo está à serviço do capital, principalmente de seu rosto financeiro, também o Estado, o Parlamento e a Justiça, precisamos sempre mais mostrar este princípio do pensamento social da Igreja: o trabalho vem sempre à frente, em importância e valor, do que o capital. Este só existe a partir do trabalho e do trabalhador.

Outros princípios estabelecidos na Doutrina Social da Igreja existem, são também importantes, mas não há como desenvolvê-los ainda neste encontro, como os princípios de subsidiariedade, de participação e da solidariedade.

4. AGIR

Para aprofundar um pouco a noção dos Princípios e sua importância para o nosso Agir, vamos olhar para o momento em que vivemos e o lugar que estamos: a Pan-amazônia do século XXI. Vamos fazer vários questionamentos e também propor a realização de oficinas. O grupo deve se sentir livre para escolher a melhor maneira de encaminhar seu agir.

Um primeiro questionamento que temos que nos fazer é:

* Aquilo que aprendemos da Doutrina Social da Igreja e de seus princípios nos dão a ideia do tamanho do trabalho que temos que fazer a fim de que eles sejam uma realidade entre nós?

Com relação ao primeiro princípio que estudamos: A Dignidade da Pessoa Humana, podemos nos perguntar:

* As pessoas com quem vivemos e que vivem neste espaço vital têm sua dignidade humana respeitada? São consideradas humanas em sua plenitude, independente do seu ter, do seu fazer?

* Constatamos a existência de discriminações entre as pessoas que convivem neste lugar? Quais são? Há caminhos para superá-las?

* Que práticas temos que vivenciar para que o princípio da Dignidade da Pessoa Humana seja uma realidade entre nós? E quanto ao Princípio do Bem Comum?

* Nesta imensidão de terra e água que é a Amazônia, como este princípio da DSI está sendo visto?

* Se toda a Amazônia pode e deve ser considerada um Bem Comum, o que fazer para esse princípio da DSI seja uma realidade?

* Pode-se invocar este princípio para defender que a Amazônia tem que ser internacionalizada, como querem alguns?

Na mesma linha do princípio anterior, vamos revisar a Destinação Universal dos Bens.

* Como isto está sendo e vivenciado na Amazônia? Contar casos, exemplos.

* O que fazer para difundir a consciência desse princípio, inclusive dentro da nossa Igreja?

Vamos, agora, revisar o Princípio da Precedência do Trabalho sobre o Capital.

* É pelo trabalho que nos assemelhamos a Deus, ou seja, pelo trabalho somos co-criadores do mundo. Por isso a D.S.I. nos diz que o trabalho precede o capital em importância e valor. Entretanto, não é isso que estamos vivendo. Quais os caminhos que devemos seguir para que o valor do trabalho seja respeitado?

* Segundo a DSI, por que os trabalhadores e trabalhadoras têm que ser incentivados a se organizarem?

Sugestão de oficinas

Se o grupo preferir, em vez dos questionamentos indicados acima, pode também organizar oficinas. Uma sugestão prática é a escolha de um problema concreto que aflija vocês na realidade em que vivem. Este problema, só o grupo é capaz de escolher. Podem escolher um problema mais gritante:

* No que se refere à dignidade da pessoa humana;

* No que se refere ao bem comum e à destinação universal dos bens;

* No que se refere à precedência do trabalho sobre o capital.

Orientações:

1. A palavra chave para início da conversa é: Como tal situação se apresenta aos nossos olhos?
2. Em seguida, nos perguntamos: Como apreciar esta situação à luz dos princípios da DSI?
3. Quais as pistas de solução? Como nos capacitaremos melhor para solucioná-lo ou, ao menos, encaminhar a solução?
 - 3.1. - Quem mais pode ajudar nessa tarefa? Haveria outras igrejas sensíveis ao problema com quem pudéssemos contar?
4. Planejamento ou estratégias de ação: Como? Quem? Quando?

CELEBRAR

Em primeiro lugar, vamos fazer uma pequena avaliação do nosso curso. Em primeiro lugar, podemos refletir pessoalmente e depois colocar para o grupo todo. Além disso, fundamental seria, no grupo, levantar os pontos que foram e são de grande importância para o nosso trabalho pastoral. O que foi bom? O que não foi tão bom? Que tal se...? Finalmente: vocês gostariam de continuar a estudar a DSI? Em caso positivo, quando e de que modo?

Vamos terminar cantando juntos o belo louvor ao Criador expresso no salmo 8 (para o Brasil, por exemplo, o cântico "Teu nome é, Senhor, maravilhoso").

Os participantes, livremente, podem escolher o versículo mais tocante e fazer uma breve oração espontânea.

A seguir, vamos passar para o local preparado para uma refeição em comum, composta de frutos da terra e outros alimentos trazidos anteriormente pelos participantes. Em clima de alegria e descontração, encerramos o estudo da unidade básica da Doutrina Social da Igreja, cantando com ânimo e entusiasmo um cântico de bênção e ação de graças (para o Brasil, por exemplo, "Os cristãos tinham tudo em comum").

A base de dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) indica que, de um total de 40,1 milhões de brasileiros e brasileiras entre 5 e 17 anos, são 1 milhão e 800 mil trabalhando, e, destes quase um milhão desempenham trabalhos que são ilegais, de acordo com a legislação brasileira. Proporcionalmente à população, a região Norte, isto é, grande parte da Amazônia, mantém a maior porcentagem de crianças assim ocupadas (1,5%).

A maioria dessas crianças sequer recebe algum rendimento financeiro pelo trabalho executado. São 74% das crianças entre 5 e 13 anos nessa situação, classificadas como "não brancos".

3. Podemos fazer alguma coisa diante da situação concreta dos piaçabeiros de nossa região?

Anexo

Proposta de oficina temática, a título de exemplo.

1. Vamos escolher um problema que nos toque o coração na região do Médio Rio Negro, Amazonas, Brasil.

Em primeiro lugar, façamos uma “tempestade de idéias” das questões sociais de nossa região e nos ponhamos de acordo sobre uma delas, que apresente condições de ser o alvo de nossa ação conjunta decorrente do estudo da DSI.

(.....discussão e escolha do tema.....)

Tendo sido escolhida a questão dos piaçabeiros, levantamos o que sabemos: muitas famílias daqui vivem da exploração das palmeiras de piaçaba, preciosas para a confecção de vassouras, fabricadas no Sudeste e vendidas em todo o país.

Essas famílias passam meses à beira dos igarapés onde estão as palmeiras, vivendo em condições precárias, com crianças sem escola trabalhando junto aos pais no corte da piaçaba. O regime de trabalho é o mesmo dos tempos coloniais: o “aviamento”, quando o patrão provê o transporte e o sustento da família por aqueles meses em que ela fica no interior. Depois, quando volta, se dá o acerto de contas, o patrão descontando do total da piaçaba vendida todas as despesas que teve com a família trabalhadora. Sabemos que os preços dos produtos fornecidos são muito mais altos do que no mercado e o dinheiro recebido pela família dá apenas para continuarem a viver por pouco tempo, tendo depois que retornar ao piaçabal para outro período intenso de trabalho.

Na situação brevemente descrita, vamos enfocar a questão do **trabalho**, sob dois ângulos: trabalho infantil e trabalho em situação análoga à escravidão.

2. Relembremos dois princípios fundamentais da DSI que podem ser diretamente aplicados ao caso que analisamos: a dignidade da pessoa humana e a primazia (precedência) do trabalho sobre o capital.

(Ajudar o grupo a lembrar-se dos conceitos indicados)

Vejamos uma declaração recente do Conselho Permanente da **CNEB**, quando o Governo mudou as regras da fiscalização sobre o **trabalho em situações análogas à escravidão**. Em 26 de outubro de 2017, os bispos manifestam seu “veemente repúdio” à Portaria 1129 do Ministério do Trabalho, publicada no Diário Oficial da União de 16/10/2017, pois tal iniciativa elimina proteções legais contra o trabalho escravo arduamente conquistadas. Criticaram a “perversa lógica financista que tem determinado os rumos do nosso país. Essa lógica desconsidera que ‘o dinheiro é para servir e não para governar’ (*Evangelii Gaudium*, 58). O trabalho escravo é, hoje, uma **moeda corrente** que coloca o capital acima da pessoa humana, buscando o lucro sem limite (Papa Francisco, Mensagem para o Dia Mundial do Migrante e do Refugiado, 2014).”

Com relação ao **trabalho infantil**, são muitas as manifestações em defesa dos direitos das crianças e adolescentes, dentre os quais se destaca o direito à educação. Este é desrespeitado pela própria realidade de vida das famílias que permanecem nos piaçabais.

Levantamento de sugestões:

- * Procurar dados mais concretos sobre a situação no Médio Rio Negro. Onde?
- * Conversar com algumas famílias que conhecemos que estejam agora na cidade. Quem conhece, quem se propõe a fazer isso?
- * Com quem podemos contar para nos ajudar nessa tarefa? Será que há outras igrejas cristãs na cidade que também se dispõem a colaborar? Quais órgãos públicos podemos procurar?
- * De posse de mais dados, vamos propor ao pároco que nos dê espaço para colocar a questão na próxima Assembleia Paroquial?
- * Outras...

4. No momento, vamos dar os passos combinados até a nossa próxima reunião. Que o Espírito Santo nos ilumine nos caminhos a trilhar a fim de cumprirmos a missão que, como discípulos/as missionários/as, recebemos de nosso irmão e Senhor Jesus. Com Ele, rezemos: Pai nosso...

Módulos de la Cesta Amazónica:

1. Territorio:

- a. Idioma materno y territorio: "Mi Voz"
- b. Educación tradicional en el territorio
- c. Leyes de protección al territorio: "Mandatos Salvaguarda de Nuestros Territorios"
- d. Desterritorialización: "Desplazamiento forzado a los pueblos o comunidades de sus territorios"
- e. Ecosistema - calendario tradicional - trabajos comunitarios - técnicas de producción: "Nuestra vida en el territorio"
- f. Salud: "El buen vivir de nuestras comunidades"

2. Espiritualidad:

- a. La espiritualidad fuente de vida
- b. Mitos: palabra sagrada que explica la esencia de la vida
- c. Ritos: " Las celebraciones rituales dinamizan y armonizan la vida los pueblos"
- d. Signos, símbolos y pinturas expresión de la identidad cultural
- e. Cantando y danzando alegramos la vida
- f. Lugares y tiempos sagrados, espacios de defensa y protección espiritual
- g. Tiempo y espacio relación íntima y profunda con las realidades del ser humano
- h. La sabiduría ancestral fuente de salud y vida
- i. Dios nos habla en los sueños
- j. Los valores resistencia y proyección de los pueblos

3. Organización:

- a. Mi primera organización (la familia)
- b. La transmisión oral de nuestras comunidades
- c. Gobierno de nuestras comunidades
- d. Valorando nuestras leyes comunitarias
- e. Los líderes, nuestros orientadores
- f. Nuestra relación con otros pueblos

4. Agua y Panamazonía

5. Biodiversidad en la Panamazonía

6. Evangelii Gaudium

a. Parte I

b. Parte II

7. Pastoral Itinerante

a. Parte I

b. Parte II

8. Doutrina Social da Igreja

a. Parte I

b. Parte II

9. Los mega proyectos y las actividades extractivas en la Panamazonía

Más información y acceso a los módulos en:

www.redamazonica.org



REPAM

RED ECLESIAL PANAMAZÓNICA

f fuente de vida en el corazón de la Iglesia



RED ECLESIAL PANAMAZÓNICA

f fuente de vida en el corazón de la Iglesia